

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo c = (b-a)		
Nada a Registrar						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo de Dotação (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.415.000,00	1.441.100,00	1.354.001,07	1.354.001,07	1.354.001,07	87.098,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	957.700,00	941.400,00	903.636,11	903.636,11	903.636,11	37.763,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	457.300,00	499.700,00	450.364,96	450.364,96	450.364,96	49.335,04
DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	8.900,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	7.400,00
INVESTIMENTOS	35.000,00	8.900,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	7.400,00
Subtotal das Despesas (VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	1.355.501,07	1.355.501,07	1.355.501,07	94.498,93
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Subtotal com Refinanciamento (VIII)=(VII+VII)	1.450.000,00	1.450.000,00	1.355.501,07	1.355.501,07	1.355.501,07	94.498,93
Superávit (IX)			0,00			0,00
Total (X) = (VIII + IX)	1.450.000,00	1.450.000,00	1.355.501,07	1.355.501,07	1.355.501,07	94.498,93

Não Existe Restos a Pagar Não Processados

Não Existe Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 da Lei Federal 4.320/64 apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita).

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- § Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.
- § Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- § Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Nota 2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário, conforme NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, e o seu formato está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6ª EDIÇÃO.

Durante o período de gestão a unidade gestora não registrou Ingressos de receitas orçamentárias.


Nota 3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias


As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressos em reais.

As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados, liquidados e pagos no exercício, além de apresentar sua dotação inicial, atualizada e o respectivo saldo.

As dotações orçamentárias fixadas originalmente foram atualizadas através da abertura de créditos adicionais suplementares autorizados na Lei Orçamentária, sendo empenhado 93,48 % da despesa fixada atualizada.


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Ingressos			Despêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	1.385.501,07	0,00
			Ordinária	1.385.501,07	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.349.346,96	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Repasso do Duodécimo da Câmara	1.349.346,96	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	396.500,30	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	399.807,46	0,00
Contribuição Previdenciária - INSS	91.196,08	0,00	Contribuição Previdenciária - INSS	84.505,24	0,00
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL S/A	4.721,35	0,00	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL S/A	4.721,35	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	197.617,31	0,00	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	197.617,31	0,00
IRRF	88.088,50	0,00	IRRF	88.088,50	0,00
ISS	2.560,00	0,00	ISS	2.560,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	10.816,00	0,00	PENSAO ALIMENTICIA	10.816,00	0,00
Salário Família	1.499,00	0,00	Salário Família	1.499,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)			Saldo para Exercício Seguinte (IX)		
Caixa e Equivalente de Caixa	66,96	0,00	Caixa e Equivalente de Caixa	605,69	0,00
B.B. 15.098-3 (BB S/A)	66,96	0,00	B.B. 15.098-3 (BB S/A)	605,69	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Total (V) = (I + II + III + IV)	1.745.914,22	0,00	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	1.745.914,22	0,00

F. C. MORAIS-CONTABILIDADE ME
Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

BF é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- § Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- § Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- § Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- § Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

O Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª EDIÇÃO e de conforme ao NBC T 16.6 (Resolução CFC nº 1.133/2008).

Notas Explicativas

O Balanco Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

Nota 2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orcamentárias

No Balanco Financeiro, as receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por fonte de recursos.

Durante o período de gestão a unidade gestora não registrou ingressos de receitas orçamentárias.

As despesas foram reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64, de forma que as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como empenhada a pagar, são acrescidas do lado dos "Ingressos", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64. O processamento das despesas ocorreu adotando o Regime de Competência.

Nota 3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As transferências financeiras são resultantes de devoluções de transferências concedidas as demais unidades orçamentárias.

As contas listadas como Recebimentos Extra orçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro.

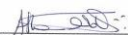
Consideram-se ainda os valores registrados com empenhados a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos.

Notas Explicativas

Nota 4 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de pagamentos extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os restos a pagar, depósitos de diversas origens, consignações.


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	605,99	68,99	PASSIVO CIRCULANTE	6.992,84	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	605,99	68,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.992,84	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	605,99	68,99	VALORES RESTITUIVEIS	6.992,84	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	605,99	68,99	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	6.992,84	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	605,99	68,99	CONSIGNAÇÕES	6.992,84	0,00
Banco do Brasil	605,99	68,99	INSS	6.992,84	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.955,08	51.455,08	Total do Passivo	6.992,84	0,00
IMOBILIZADO	52.955,08	51.455,08			
BENS MÓVEIS	15.733,28	14.233,28	Patrimônio Líquido		
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	15.733,28	14.233,28	Especificação		
DEMAIS BENS MÓVEIS	15.733,28	14.233,28	Exercício Atual	Exercício Anterior	
OUTROS BENS MÓVEIS	15.733,28	14.233,28	RESULTADOS ACUMULADOS	46.867,93	51.522,04
BENS IMÓVEIS	37.221,80	37.221,80	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	46.867,93	51.522,04
BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	37.221,80	37.221,80	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	46.867,93	51.522,04
DEMAIS BENS IMÓVEIS	37.221,80	37.221,80	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-4.854,11	12.073,90
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51.522,04	39.448,14
			Total do Patrimônio Líquido	46.867,93	51.522,04
Total	53.561,07	51.523,07	Total	53.561,07	51.523,07
Ativo Financeiro	605,99	68,99	Passivo Financeiro	6.992,84	0,00
Ativo Permanente	52.955,08	51.455,08	Passivo Permanente	0,00	0,00
Saldo Patrimonial				46.867,93	51.522,04

Compensações

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Concessivos e Outros Instrumentos	0,00	0,00	Direitos Concessivos e Outros Instrumentos	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	Total	0,00	0,00

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade em 31 de Dezembro de 2017.

Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido).

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, convencionou-se que os ativos segregam-se em circulante e não circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em circulante e não circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

Podem-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo - Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ativo Circulante - Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante - Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Passivo - Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Passivo Não Circulante - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Patrimônio Líquido - É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit Financeiro - Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Nota 2 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos

Os ativos estão segregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os ativos estão classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios:

- estão disponíveis para realização imediata;
- têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

O caixa ou equivalente de caixa apresenta uma redução em suas disponibilidades em relação ao ano anterior.

Os demais ativos estão classificados como não circulantes.

O ativo não circulante da entidade está representado pelas contas:

IMOBILIZADO: R\$ 52.955,08 (CINQUENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITO CENTAVOS)

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.

Notas Explicativas

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.9.

Durante o exercício de 2017 não foi realizado a depreciação dos Bens Móveis.

O Município, através da Controladoria Geral do Município, iniciou um levantamento de todos os bens imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema SIM, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6 Reavaliação de Ativos no item 19.6.5.1, ainda não conclusu.

Nota 3 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos

Os passivos estão segregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo, porém continuam sendo uma obrigação inclusa no Passivo Financeiro, para efeitos de cálculo do Saldo Patrimonial e superávit/déficit financeiro.

As contas do passivo circulante evidenciadas no Balanço Patrimonial foram:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: R\$ 6.692,84 (SEIS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)

Não existem contas no passivo não circulante

Notas Explicativas

Nota 4 - Critérios Contábeis de Mensuração do Patrimônio Líquido.

Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo.

O Patrimônio Líquido apresenta saldo de R\$ 46.867,93 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS).

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Variações Patrimoniais Quantitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.349.346,96	0,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.354.001,07	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.349.346,96	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	903.636,11	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.349.346,96	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	887.530,85	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.349.346,96	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	887.530,85	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.349.346,96	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	887.530,85	0,00
REPASSE RECEBIDO DE DUODÉCIMO DA CÂMARA	1.349.346,96	0,00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	887.530,85	0,00
			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	887.530,85	0,00
			ENCARGOS PATRONAIS	16.105,96	0,00
			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	16.105,96	0,00
			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFISS - UNIÃO	16.105,96	0,00
			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	16.105,96	0,00
			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	456.197,79	0,00
			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	19.724,15	0,00
			CONSUMO DE MATERIAL	19.724,15	0,00
			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	19.724,15	0,00
			OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	19.724,15	0,00
			SERVIÇOS	430.443,61	0,00
			DIÁRIAS	3.850,00	0,00
			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	3.850,00	0,00
			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	3.850,00	0,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	84.240,00	0,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	84.240,00	0,00
			OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	84.240,00	0,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	382.353,61	0,00
			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	382.353,61	0,00
			OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	382.353,61	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	197,20	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	197,20	0,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS	197,20	0,00

Variações Patrimoniais Quantitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS:	197,20	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	197,20	0,00
Resultado Patrimonial do Exercício - Déficit				4.654,11	0,00

Variações Patrimoniais Qualitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	1.500,00	0,00
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativo	0,00	0,00

F. C. MORAIS
 CONTABILIDADE ME
 Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64, que assim define esse demonstrativo:

"A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

Contudo, com o advento das NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e de acordo com o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações para o exercício de 2015, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

Notas Explicativas

Nota 2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas que nesta Prestação de Contas representam R\$ 1.349.346,96 (UM MILHÃO TREZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) são decorrentes de transações no setor público que aumentam o patrimônio, notadamente destacadas pela receitas orçamentárias arrecadadas, valorizações e ganhos com ativo ou desincorporação de passivos (amortização ou interveniências passivas), além das deduções ao FUNDEB.


Nota 3 - Variações patrimoniais diminutivas

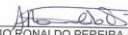
As variações patrimoniais diminutivas que nesta Prestação de Contas representam R\$ 1.354.001,07 (UM MILHÃO TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL UM REAIS E SETE CENTAVOS), são decorrentes de transações no setor público que diminuem o patrimônio. Dentre as variações diminutivas podemos destacar os repasses concedidos as demais unidades orçamentárias (transferências financeiras entre gestões).

F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador

ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE


Conta	Saldo Anterior ao Período	Movimento no Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Nada a Registrar				


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Notas Explicativas	
Não há notas explicativas para esse anexo.	


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE
Demonstrativo da Divida Flutuante
Consolidado

Exercicio: 2017

Periodo: 01/01/2017 a 31/12/2017
Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Conta	Saldo Anterior ao Período		Movimento no Período		Saldo para o Período Seguinte	
	Crédito	Débito	Inscrição	Baixa	Débito	Crédito
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	0,00	0,00	1.499,06	1.499,06	0,00	0,00
Salário Família	0,00	0,00	1.499,06	1.499,06	0,00	0,00
INSS	0,00	0,00	91.198,08	84.505,24	0,00	6.692,84
Contribucao Previdenciaria - INSS	0,00	0,00	91.198,08	84.505,24	0,00	6.692,84
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00	88.088,50	88.088,50	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	88.088,50	88.088,50	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	2.560,00	2.560,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	2.560,00	2.560,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	10.816,00	10.816,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	10.816,00	10.816,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	202.338,66	202.338,66	0,00	0,00
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL S/A	0,00	0,00	4.721,35	4.721,35	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	0,00	197.617,31	197.617,31	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	396.500,30	389.807,46	0,00	6.692,84


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SALITRE
Demonstrativo da Divida Flutuante
Consolidado

Exercicio: 2017

Periodo: 01/01/2017 a 31/12/2017
Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Notas Explicativas

Não há notas explicativas para esse anexo.


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações		
Ingressos		
Receitas Derivadas e Originárias	1.745.847,26	0,00
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos Operacionais	0,00	0,00
	1.745.847,26	0,00
Desembolsos		
Pessoal e Demais Despesas	1.743.808,53	0,00
Juros e Encargos da Dívida	1.354.001,07	0,00
Transferências Concedidas	0,00	0,00
Outros Desembolsos Operacionais	0,00	0,00
	389.807,46	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		
	2.038,73	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.500,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	1.500,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		
	-1.500,00	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		
	0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)		
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	538,73	0,00
Caixa e Equivalente de Caixa Final	66,96	0,00
	605,69	0,00
Quadro de Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias		
	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
Transferências Concedidas		
Intergovernamentais da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		
Legislativa	1.354.001,07	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1.354.001,07	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Quadro de Desembolsos de Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00


 F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
 Contador


 ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

Notas Explicativas

Nota 1 - Aspectos Gerais

O Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

• Ingressos das Operações

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas.

• Desembolsos das Operações

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

• Ingressos de Investimento

Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

• Desembolsos de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

• Ingressos de Financiamento

Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida.

Notas Explicativas

Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.


DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.


A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

Nota 2 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa:

- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais.....:	R\$	2.038,73
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento.:	R\$	-1.500,00
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento.:	R\$	0,00
- TOTAL.:	R\$	538,73
- Caixa e Equivalente de Caixa Inicial.....:	R\$	66,96
- Caixa e Equivalente de Caixa Final.....:	R\$	605,69

Notas Explicativas


F. C. MORAIS CONTABILIDADE ME
Contador


ANTONIO RONALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE